

Orçamento gera ameaça dos governadores contra Sarney

Fotos: Aldori Silva

O presidente José Sarney está diante de um ultimato de governadores e parlamentares: ou muda o Orçamento da União ou perde respaldo político, além de ver a proposta orçamentária do Governo rejeitada no Congresso. A primeira resposta presidencial ao ultimato, ontem, reafirmou à disposição do Governo de não alterar o projeto.

Ontem o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, momentos antes de conversar com o presidente José Sarney, afirmou que o Governo "vai ter que aceitar" a proposta dos governadores para rolagem da dívida dos Estados porque, argumentou, "pior do que aceitar isso é ter o desprazer de ver sua proposta derrotada no Congresso".

Newton Cardoso chegou ao Palácio da Alvorada respaldado pela força dos governadores Moreira Franco e Orestes Quércia. Levou também, junto com a proposta de rolagem da dívida, a garantia do deputado Ulysses Guimarães de que o Congresso vai derrubar o projeto orçamentário do governo, se este não aceitar o acordo com os governadores.

O que o governador de Minas Gerais entregou ao Presidente da República foi um documento, elaborado a partir de um estudo feito pelos secretários de Fazenda, propondo a rolagem de 10%, e não de 25% da dívida dos Estados, como pretende o Governo Federal.

Resposta

O presidente José Sarney recebeu a proposta das mãos do governador Newton Cardoso, e sua resposta, imediata, foi de que "o Governo não pode abrir mão de sua política fiscal, nem de seu esforço obstinado de organização das contas públicas", segundo o porta-voz Carlos Henrique.

O documento foi enviado ontem mesmo à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O ministro João Batista de Abreu, no final da tarde, esteve com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto. Afirmou que a proposta enviada ao Congresso é consistente com os objetivos da política fiscal para o ano que vem.

O Ministro do Planejamento afirmou que o Governo vai fazer a defesa do projeto até o fim, porque



Newton (MG) e Miranda (MS) não aceitam a rolagem de 25% das dívidas dos Estados

a redução deste nível de rolagem (de 25 para 10%) teria que ser preenchido por outro dispositivo fiscal: "E não sabemos exatamente onde buscar recursos adicionais".

O Governo, na opinião de João Batista, vai manter a proposta de rolar 25% da dívida dos Estados, resistindo à pressão dos governadores, porque "não se trata de uma proposta inconsequente, desvinculada dos objetivos da política fiscal, de redução do déficit".

Apoio

O governador Newton Cardoso, antes de conversar com o presidente José Sarney, falou com os governadores Orestes Quércia e Moreira Franco. Recebeu deles não apenas a solidariedade, mas a delegação de representar os interesses comuns dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Ainda cedo, o governador de Minas Gerais esteve na casa do de-

putado Ulysses Guimarães, na Península dos Ministros. Além de verificar que "Ulysses está bem vivo" — uma emissora de rádio noticiara a morte do Presidente da Constituinte — ouviu dele a garantia de que o projeto do Governo não passará no Congresso, se o acordo não for feito.

Ulysses Guimarães, segundo Newton Cardoso, está preocupado com a situação dos Estados, e quis até reunir os governadores, para discutir o assunto com todos os chefes dos governos estaduais. Essa reunião pode ainda acontecer.

O governador de Minas Gerais, contudo, não quer o confronto. Nem ele, nem Ulysses, nem os demais governadores. É Newton Cardoso quem afirma, depois de ressaltar a disposição de não aceitar imposições feitas aos Estados pela lei orçamentária: "Não adian-

ta derrotar o Governo". Se não for preciso, naturalmente.

Pressão

Além de Newton Cardoso, o presidente José Sarney recebeu ontem os governadores Gerônimo Santana, de Rondônia, Marcelo Miranda, de Mato Grosso do Sul, Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, e Tasso Jereissati, do Ceará. Na pauta, a dívida e a transferência de encargos para os Estados.

O governador Marcelo Miranda reclamou não apenas do pagamento da dívida, a parcela de 25%, mas também da reforma tributária que, segundo ele, só beneficiará os Estados mais desenvolvidos, que têm muito IPI. Os Estados menores, cuja economia se baseia mais na agricultura, no ICM, portanto esses serão prejudicados, segundo o governador do Mato Grosso do Sul.